

Índice

Por que motivo o “woke” vai tocar no teto: as razões da esquerda	1
Protestos no Irão	3
“Humanos”	4
“Delicioso”	5

Por que motivo o “woke” vai tocar no teto: as razões da esquerda

Chamam-no “neo-universalismo”, liberalismo político clássico ou simples fastio com uma visão do mundo que reduz a vida social a um conflito permanente entre opressores e oprimidos. Aos heterodoxos de centro-esquerda que em tempos tiveram em causa os seus postos de trabalho por [denunciarem o iliberalismo woke](#), têm vindo a juntar-se outras pessoas de esquerda que aconselham combater o racismo sem cair num jogo de soma zero.

Há pouco mais de um ano, com Joe Biden já na Casa Branca, o republicano Glenn Youngkin – um empresário sem experiência política, de cariz moderado – ganhou as eleições para governador da Virgínia contra um veterano democrata. Além de falar muito de economia, o republicano manteve um discurso muito firme, contra a implantação da [teoria crítica da raça](#) nas escolas. O seu rival subestimou essa preocupação e recebeu duras críticas por declarar que “os pais não deveriam dizer às escolas aquilo que têm de ensinar”.

Nessa altura era patente o descontentamento de muitos norte-americanos com outras [causas ou doutrinas woke](#), como o movimento favorável à redução do orçamento da polícia (“Defund the Police”) ou o [antirracismo de Ibram X. Kendi](#).

Indícios como estes levaram alguns estrategas democratas a pedir às pessoas do seu partido para moderarem o seu *wokeísmo* durante a campanha para as eleições legislativas do

passado 8 de novembro. O caso mais sonante foi o de David Shor, que chegou a [pedir](#) aos democratas para evitarem falar de assuntos relacionados com a raça e a imigração.

O seu principal argumento é que hoje o Partido Democrata é dirigido por elites brancas, de bom nível económico e educativo, que têm assumido posições mais à esquerda nesses temas do que as defendidas pelas próprias minorias que procuram proteger, um fenómeno [documentado por outros analistas](#).

Outros estrategas democratas, como Ruy Teixeira ou John Halpin, não chegam tão longe, mas [recomendaram](#) o afastamento da política identitária e das posições extremas de Kendi, para quem qualquer desigualdade entre grupos raciais é fruto do racismo sistémico.

Ao conselho de Shor opõe-se Ian Haney López, fundador do Race-Class Narrative Project, uma iniciativa que procura tornar mais atrativo o discurso da esquerda sobre temas raciais. Na sua opinião, o Partido Democrata tem de continuar a defender estas bandeiras, mas deve fazê-lo com uma narrativa que tenha mais em conta as disparidades surgidas da classe social.

Ainda que o projeto não esteja isento de tiques identitários, constitui um avanço em relação ao ressentimento *woke*. Aqui o objetivo não é desmontar uma civilização assente sobre o “privilégio branco”, mas obter – segundo explica a *web* do projeto – “um país multirracial onde todos tenham oportunidades económicas”.

Para lá de estratégias eleitorais, qual é a objeção de fundo que alguma esquerda coloca à ideologia *woke*? O núcleo do problema [detetou-o muito bem](#) o historiador das ideias Mark

Lilla, uma das primeiras pessoas de esquerda a denunciar a deriva identitária do Partido Democrata. Segundo ele, se o progressismo clássico aspirava a garantir “os mesmos direitos e a mesma proteção social para todos”, desde os anos 70 do século passado que a esquerda está virada para os direitos dos grupos que se definem por traços identitários como a raça, o sexo ou a orientação sexual.

Na sua opinião, esta abordagem foi necessária para promover a inclusão dos discriminados, mas tanta insistência na diferença acabou por provocar a erosão do quadro político comum e deixou o país capturado num “fraturante mundo de soma zero”, onde cada grupo se sente injustiçado pelo que é conseguido por outro.

Hoje este argumento é repetido pelos “neo-universalistas”, como [designa](#) o mencionado John Halpin essas “almas extraviadas” da esquerda, da direita e do centro unidas por uma visão da cidadania “baseada na crença fundamental de que todas as pessoas são iguais em dignidade e direitos”.

Entre outras coisas, isto implica deixar de tratar as pessoas “de forma diferente em função do seu sexo ou da cor da sua pele, do seu lugar de nascimento ou das suas crenças” e garantir, além dos mesmos direitos legais, “as oportunidades económicas necessárias para ter uma vida decente e plena”, com acesso a bens básicos como o emprego, a habitação, a educação e a saúde.

E isto que afirma Halpin, como o conseguem os grupos que partem com desvantagem devido à discriminação que sofreram no passado ou de que continuam a padecer agora? Neste ponto, os defensores da política identitária – também conhecida como “políticas da diferença” ou “do reconhecimento” – pedem honestidade: como falar de igualdade perante a lei aos que vêm de muito baixo na escala social, devido à privação de direitos e oportunidades de que padeceram os seus avós? Daí que os identitários coloquem o foco na igualdade de resultados e na que consideram a ferramenta mais eficaz para consegui-la: a discriminação positiva.

Em declarações ao veterano jornalista Thomas B. Edsall, Halpin admite que as medidas de tratamento de favor foram necessárias para “desmantelar legalmente a discriminação racial e de género” que se vinha a arrastar na sociedade norte-americana. Mas decorridos 50 anos de enormes progressos, considera que a discriminação positiva “se torna difícil de defender do ponto de vista constitucional”. Aquilo que se tem de fazer, acrescenta, é ajudar de modo especial em função de outros critérios, como os rendimentos familiares ou a deterioração dos bairros.

A discriminação positiva é uma medida política que admite argumentos a favor e contra. Defendê-la não é *wokeísmo*. O que é *woke* (e iliberal) é impedir o debate livre e avançar com uma chantagem, como faz Kendi: ou apoias a discriminação positiva ou és racista.

Este é o tipo de argumentos que exaspera os brancos da classe trabalhadora que votaram em Trump: não só lhes são negadas as ajudas (quotas, bolsas...) que outros grupos recebem, como são classificados de racistas se protestam. Ao fim e ao cabo, têm a sensação de que as minorias beneficiadas dessa forma se introduziram na fila do sonho americano que eles há muito tempo assumiam, como [explicou](#) a socióloga das emoções Arlie Hochschild. E o resultado não pode ser outro a não ser o ressentimento e a vitimização identitários, que Trump tanto explorou.

Este é o debate “proibido” que agora quer ter o “The New York Times” em virtude de dois casos pendentes perante o Supremo Tribunal: um contra a Universidade de Harvard e outro contra a Universidade da Carolina do Norte. Spencer Bokart-Lindell resume num valioso [artigo](#) as posições de alguns dos seus colegas do “The New York Times” e de outros meios de comunicação. Basicamente, há que distinguir três posições:

— A dos que se opõem por princípio à discriminação positiva. Um dos argumentos que utilizam é que qualquer medida de tratamento de favor por motivos raciais a um grupo, implica um prejuízo comparativo para os restantes: porquê dar preferência a um estudante negro ou latino em vez de a um asiático?

— A dos que simpatizavam com a justificação inicial desta política, mas consideram que agora perdeu sentido. Um dado citado no artigo: 71 % dos negros, latinos e ameríndios dos EUA que estudam em Harvard vêm de lares que superam a média nacional de rendimentos e que contam com um bom nível educativo.

— A dos que defendem continuar a ser necessária a discriminação positiva para corrigir e para compensar as injustiças do passado e os seus efeitos secundários, que continuam a privar de oportunidades no presente. Além disso, há a justificação que o Supremo Tribunal norte-americano admitiu em 1978: as universidades têm um interesse legítimo em garantir a diversidade entre os seus alunos.

Este é o fundamento mais discutido hoje, explica Bokart-Lindell. E as audiências orais ocorridas recentemente perante o Supremo Tribunal nos dois casos referidos anteriormente, sugerem que esta política poderia ter-se tornado obsoleta. É o que se depreende das intervenções dos magistrados conservadores. Mas, como recorda o jornalista do “The New York Times”, já a progressista Sandra Day O’Connor previu noutro caso de 2003 que a discriminação positiva poderia perder o seu sentido daí a 25 anos.

Em qualquer caso, os dados de 2019 do Pew Research Center mostram que a discriminação positiva não é uma política popular atualmente: quase 75 % dos adultos norte-americanos – incluindo a maioria de negros, latinos e asiáticos inquiridos – consideram que a raça ou a origem étnica não deveriam ser fatores a contar na admissão às universidades.

Enquanto espera a sentença do Supremo Tribunal e com as eleições legislativas superadas melhor do que esperava, o

Partido Democrata terá de decidir agora se quer ou não continuar a meter-se nestas batalhas.

J. M.

Protestos no Irão

Em 22 de outubro de 2022, as ruas de Berlim acolheram uma multitudinária manifestação em apoio dos protestos a decorrer no Irão. Segundo dados da Polícia alemã, 80 000 pessoas compareceram na que afirmam ter sido a concentração mais numerosa da diáspora iraniana até à altura. Embora o caminho se preveja longo e difícil, são perceptíveis avanços na luta por uma mudança de regime.

“Falei com dois amigos em Teerão e Sanandaj esta semana”, conta M.B., um iraniano exilado na Europa. Disse-lhes que os protestos pareciam ter terminado, mas replicaram: ‘Houve protestos na nossa cidade!’ Isto só confirma a minha suspeita de que recebemos os vídeos muito tarde ou nem isso devido aos cortes de Internet pelo regime”. M.B. está a seguir os acontecimentos do seu país desde que se iniciaram os protestos em setembro do ano passado, procurando contactar as pessoas que lá residem.

“Também me contaram que existe uma sensação muito forte de que algum tipo de revolução se encontra em marcha, e de que há esperança que o pesadelo termine”. M.B. destaca que estes seus amigos são pessoas “geralmente pessimistas” no que respeita à possibilidade dos protestos poderem conseguir algum tipo de mudança. “Pela primeira vez em muitos anos há uma esperança genuína. Mesmo os que eram religiosos já estão fartos do regime”.

A dura repressão já provocou centenas de mortos e milhares de detidos, segundo dados de ativistas iranianos. Apesar de tudo, os protestos têm continuado, e com algumas novidades. Destacam-se as greves nas empresas do setor petrolífero, principal fonte de riqueza do Irão, às quais se juntam fábricas, professores, condutores dos transportes públicos, mercados... “Isto é motivo de esperança, mas o regime está a tentar intimidar os trabalhadores mediante detenções e outras medidas de repressão”, diz M.B.

Tudo começou quando Mahsa Amini foi detida a 14 de setembro do ano passado pela polícia da moral iraniana, em Teerão, por não usar corretamente o véu. Dois dias depois, a jovem curda de 22 anos morreu sob custódia policial num hospital. Enquanto a família da vítima e os médicos asseguravam que foi resultado das torturas policiais, o governo disse que havia sofrido um ataque de coração. Os protestos não se fize-

ram esperar e milhares de pessoas saíram para as ruas em Teerão e noutras cidades iranianas.

Revoltas deste tipo têm acontecido desde 1999, cada vez com maior frequência, e a liderança das mulheres não é uma novidade. O gesto mais característico destes protestos foi a queima do véu por parte de muitas mulheres, denunciando a imposição que a Mahsa lhe custou a vida.

Em 15 de outubro último, a um dia dos protestos cumprirem um mês, houve novas manifestações contra o regime. No final da jornada, desencadeou-se um incêndio na prisão de Evin, em Teerão, onde está encerrada a maioria dos presos políticos. Segundo as autoridades, houve alguns mortos e feridos.

Além de “Mulher, vida, liberdade”, um dos *slogans* dos protestos foi “Diga o nome dela”, referindo-se ao de Mahsa Amini. Os setores que participam nos protestos são muito variados. Trata-se de todos os descontentes com o regime: mulheres que se revoltam contra a sua discriminação na vida pública e privada, a comunidade curda – à qual pertencia Amini –, operários, professores, artistas...

Juntamente com o descontentamento político pela falta de liberdade democrática, há um grande mal-estar devido à crise económica e aos problemas sociais que sofrem diversas comunidades. Os manifestantes não pedem apenas reformas: muitos pedem uma mudança de regime, o fim da ditadura.

Desde o começo das mobilizações, o regime cortou o acesso à Internet para deixar os manifestantes sem comunicação entre eles e com o exterior do país. No entanto, através das aplicações de VPN (rede privada virtual) ou de redes como Telegram, conseguem enviar mensagens e imagens para o resto do mundo.

As redes sociais, como vem sendo habitual neste tipo de protestos populares, foram as grandes aliadas no momento de visibilizar a luta dos iranianos, chegando aos ecrãs dos cinco continentes. Com etiquetas como “Irão livre” ou “Mahsa Amini”, as publicações de mulheres a cortarem o cabelo em sinal de luto e protesto tornaram-se virais desde a primeira semana de manifestações.

Muitos personagens públicos iranianos do âmbito do desporto, da comunicação social, da música ou do cinema, solidarizaram-se com os protestos publicando mensagens nas suas redes sociais que, em muitos casos, foram objeto de censura. Zobeir Niknafs, futebolista da seleção iraniana, rapou a cabeça e publicou o ato nas suas redes em apoio às mulheres do seu país. Outros companheiros da equipa, concentrados na Áustria em finais de setembro, fizeram o mesmo, mas depois as suas publicações foram apagadas.

A partir dos Estados Unidos, a jornalista iraniana Negar Mortazavi, que desde 2009 não pode regressar ao Irão devido às ameaças, explicava numa entrevista que os seus compatriotas não veem outra saída para a mudança “a não ser a rua”. Ao mal-estar económico e à corrupção da elite política junta-se

a férrea imobilidade institucional. Como recorda, nas últimas eleições, os partidos que defendiam ligeiras mudanças – dentro das estruturas do regime – foram inabilitados.

Nas últimas décadas, os protestos contra o regime iraniano tornaram-se cada vez mais frequentes. Em 1999, foram liderados pelos estudantes, em face do encerramento do jornal reformista “Salam”. A Revolução Verde de 2009 levou à rua milhares de pessoas que protestavam contra a fraude eleitoral que deu a presidência a Mahmoud Ahmadinejad e no apoio ao candidato da oposição. Mais recentemente, em 2019, o detonador foi a subida no preço dos carburantes.

Cyrus Azad (pseudónimo de outro iraniano no exílio) conta que, na sequência das últimas manifestações, alguns líderes do seu país questionaram a obrigatoriedade do *hijab* – baseados no próprio texto islâmico –, ou, pelo menos, as formas de o impor às mulheres por parte da polícia da moral. No entanto, a mudança de regime pedida pelos manifestantes está longe de ser uma realidade.

Para que ocorresse algo assim, segundo Azad, “seria preciso que uma potência estrangeira interviesse, o que está afastado, ou que as pessoas se armassem, algo muito difícil e que provocaria um banho de sangue”. Nisto concorda com M.B., que refere vir a ser “a luta dos iranianos longa e sangrenta, mas os avanços por agora são encorajadores”.

Na opinião deste último, para que os protestos tenham sucesso, “continuam a faltar fatores chave como organização e liderança. Porque, quanto mais durar a luta, mais importantes serão. É compreensível a dificuldade, pois o regime persegue e detém os que poderiam liderar a oposição. Espero que possa surgir gradualmente algum tipo de liderança. Nesse caso, o fim do regime tornar-se-á inevitável”.

I. R. M.

“Humanos”

Autora: Natalia López Moratalla
Rialp. Madrid (2021)
244 págs.

É um facto que o *homo sapiens sapiens* e os seus predecessores evolutivos diferem em menos de 2 % dos seus genes, o que contrasta com a distância abismal no desenvolvimento cultural, técnico e social. Ao longo do livro, Natalia López Moratalla, catedrática de Bioquímica e Biologia Molecular,

procura mostrar que o princípio vital que permite ao ser humano libertar-se da sua condição animal transcende o biológico, mas, simultaneamente, manifesta-se no corpo e no cérebro. Tal princípio faz com que o corpo e o cérebro humanos sejam pessoais.

O desenvolvimento dos organismos vivos é ditado pela sucessão ordenada de mensagens que emitem os genes ao longo do tempo, no espaço do organismo e em interação com o meio. A estes quatro níveis de informação (genética, espacial, temporal e epigenética), acrescenta-se no ser humano a informação relacional, que permite à pessoa olhar para o seu interior e abrir-se para fora. Tal informação relacional não surge do processo, mas da liberdade do ser humano. Precisamente, a pobreza biológica do corpo é o pressuposto para que o homem possa libertar-se do automatismo do biológico, humanizando as suas necessidades. Além disso, a arquitetura do cérebro humano possibilita o desenvolvimento de duas capacidades próprias da liberdade: o autocontrolo e a memória.

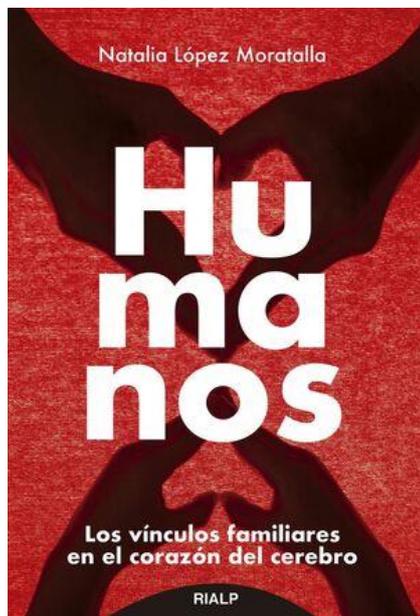
Hoje, a ciência médica sabe que o corpo e o cérebro humanos são sexuados. O que se discute é se as diferenças entre os dois sexos são inatas, ou são devidas somente ao ambiente cultural e se são adaptáveis a diversos estilos de vida. López Moratalla dedica a maior parte do livro a ilustrar com dados científicos essa diferença sexuada, na qual se integram o biológico e o cultural.

O estudo de cérebros masculinos e femininos mostrou a diversidade no traçado geral das conexões, na lateralização e distribuição de algumas funções cerebrais e no mapa mental das relações interpessoais. O *coração do cérebro*, como o designa a autora, ou cérebro emocional-cognitivo, é o substrato biológico das nossas relações pessoais e dos vínculos que estabelecemos.

O mais básico é o apego filial. Prepara-se durante a gravidez e vai-se consolidando durante a infância. As experiências precoces de interação do eu com o outro ficam traçadas no cérebro, de modo que configuram a mente da criança e os aspetos básicos do comportamento social. Acontece uma força natural que cria o apego materno e paterno com o filho, ao ponto de reprogramar os seus cérebros para uma adaptação aos cuidados a ter.

Em resumo, López Moratalla ilustra com abundantes dados científicos, que os vínculos familiares se encontram encarnados no *coração do cérebro*. A vida de cada pessoa arranca a partir da dotação natural recebida que define quem é: um filho concreto, homem ou mulher, de um pai e de uma mãe concretos. Essa identidade biológica e familiar integra-se inseparavelmente com a psíquica e pessoal, pois os factos biológicos têm sempre um sentido humano.

S. L.



“Delicioso”

“Délicieux”

Realizador: Éric Besnard
Atores: Gregory Gadebois, Isabelle Carré
Duração: 110 min.
Ano: 2021

Um cozinheiro prepara num palácio uma refeição de luxo para um duque francês e os seus convidados, nas vésperas da Revolução Francesa. Tem talento e trabalha com inspiração. Os seus pratos são muito apreciados, mas naquele dia é gozado pelos convivas e o seu patrão tem vergonha em defendê-lo perante os outros, acabando mesmo por despedi-lo. É viúvo e vai instalar-se com o seu único filho, um rapaz estudioso das novas correntes políticas, numa pequena estalagem abandonada.

Este *chef* sente-se sem ânimo, sem forças para viver, até que aparece então uma mulher, que o reconhece como “mestre” e com quem pode aprender a cozinhar. Ele hesita, mas aceita ensiná-la. Leva-a a pesquisar da própria natureza e do que a rodeia, para retirar o máximo de proveito do que cada alimento já possui dentro de si, tanto ao nível do paladar, como da cor e do sabor... Ele ganha novo vigor. Em conversa com o filho e com aquela mulher, lançam-se ao negócio do que será o conceito de “restaurante”. Traçam ideias num papel: abrir o local a todo o tipo de pessoas; colocar várias mesas isoladas e não só mesas contíguas; elaboração de menus em que os clientes escolhem o que pretendem; servir a comida em pratos

individuais, etc. O mais relevante, é que altera a mentalidade da época, abrindo novos horizontes.

A dada altura, a mulher revela que é viúva, pois o mesmo duque matara o seu marido... Decidem então um plano para “apanhar” aquele homem e que se fizesse justiça... A vingança serve-se fria e só resultará, pela paixão com que enfrentam os obstáculos, tanto na cozinha como na vida, unindo-se ao lutarem por um mesmo ideal.

Tópicos de análise:

1. Humilhar e ofender uma pessoa destrói os projetos em comum.
2. Cultivar o talento procurando inspiração com paixão, faz aumentar os resultados.
3. Traçar uma estratégia simplifica e concretiza a execução da ação.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE

